



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO: 38513/2013**

**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO**

**PARECER: 017/2014-CF**

**EMENTA: Pessoa jurídica pode ofertar denúncia ao TCDF. Interpretação literal que se afasta. Direito de petição. Fiscalização com relação às receitas recebidas pela CEB, para aferição de sua legalidade. Conhecimento e oitiva da Companhia.**

Cuidam os autos de Representação da Construtora Luner, relatando que solicitou a implantação de infraestrutura básica de energia elétrica e foi surpreendida com a exigência de pagamento demais de R\$ 2 milhões, obrigando a representante a aquiescer e assinar Termo de Confissão de Dívidas.

2. Ao ensejo, colacionou jurisprudência que, a seu ver, demonstra que o ato da Companhia é ilegal, sendo descabida a exigência.

3. Instruídos os autos, o Corpo Técnico pugnou pelo não conhecimento da Representação, haja vista o fato de a empresa não ser parte legítima para ofertar denúncias ao TCDF.

4. Os autos vieram ao MPC/DF, que lamenta divergir. Se qualquer cidadão pode ofertar denúncias ao controle externo, não se pode afastar a mesma possibilidade de empresas virem à Corte ofertar denúncias<sup>1</sup>.

5. Ou, por outras palavras, seria possível imaginarmos uma empresa vindo ao TCDF denunciar um ato de corrupção, por exemplo, e a peça não ser conhecida por que não está legitimada a ofertar denúncia à Corte, numa interpretação literal ao artigo 74, parágrafo 2º da CF? A resposta só pode ser negativa.

6. Além do mais, o sagrado direito de petição está assegurado no artigo 5º, XXXIV, ao afirmar que são a todos assegurados (sem distinção entre pessoas físicas ou jurídicas), independentemente do pagamento de taxas, o

---

<sup>1</sup> Vide, no mesmo sentido, o Parecer 1709/2012-CF, acatado pela Decisão 6609/2012 (processo 5518/2012), que reconheceu a legitimidade recursal de pessoa jurídica representante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

7. Saliente-se, ainda, que a Lei 8666/93, no artigo 113, parágrafo 1º, faculta a qualquer pessoa física ou jurídica a representar ao TCU irregularidades, no campo das licitações públicas.

8. Não deve ser por outro motivo que se encontra no site do TCU o seguinte:

**Denúncia X Comunicação de Irregularidade**

**Qual a diferença entre denúncia e comunicação de irregularidade?**

A comunicação de irregularidade é utilizada para dar ciência ao Tribunal de um fato irregular de que se tenha notícia e que poderá auxiliar os trabalhos de fiscalização. O sigilo dos dados do manifestante é mantido e, dependendo da relevância do assunto, da materialidade e da oportunidade, o Tribunal poderá atuar de imediato.

De outra forma, os dados serão encaminhados às unidades técnicas competentes para que estes decidam sobre a melhor oportunidade de utilizarem as informações, no auxílio dos trabalhos a seu cargo. É fundamental que a manifestação seja apresentada com a maior quantidade possível de informações que permitam a atuação do TCU. O manifestante será sempre comunicado a respeito das medidas a serem adotadas pelas unidades técnicas.

A denúncia, por sua vez, está regulamentada no Regimento Interno deste Tribunal e, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, não pode ser anônima. Da mesma forma, deve ser apresentada com o maior número possível de informações, a fim de possibilitar a esta Instituição os elementos mínimos necessários à realização de trabalho de fiscalização. A denúncia será formalizada como processo e será apurada de imediato.

Tanto a comunicação de irregularidade quanto a denúncia podem tratar apenas de irregularidades envolvendo recursos federais.

9. Dessa forma, o MPC/DF diverge da afirmação, em linhas gerais, de que empresas privadas não podem ofertar denúncias ao TCDF.

10. Nesse diapasão, merece, todavia, relevo à tese que afasta a possibilidade de se buscar perante o controle externo a satisfação de um interesse meramente individual.

11. Ora, não parece ser essa a hipótese. Ao representar à Corte sobre a cobrança de valores que, a princípio, a empresa considera ilegal, o que



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

se quer saber é se tal receita, que irá compor o patrimônio da Companhia, tem lastro jurídico que a legitime.

12. Nos autos 28667/2011, por exemplo, o MPC/DF deu ciência de que outra Companhia distrital promovera serviços em condomínios particulares, lançando-se dúvidas acerca da legalidade desse ato. Na sequência, entendeu-se parcialmente procedente a denúncia, mediante a Decisão 2296/2013<sup>2</sup>, até o momento aguardando cumprimento pela CAESB.

---

<sup>2</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Representação nº 17/2012 – CF, do Ministério Público junto à Corte, bem como da documentação anexa (fls. 2/134-v); b) das Cartas nºs 25.532/2012-PRA (fl. 217), 30.666/2012- PRA (fl. 243), 34.827/2012-PRA (fl. 262), 37.000-PRA (fl. 264) e 45.695/2012-PRA (fl. 300) da Companhia de Saneamento Ambiental - CAESB, bem como da documentação anexa; c) dos resultados da Inspeção; II - considerar parcialmente procedente a Representação nº 17/2012 – CF; III - determinar à CAESB que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) informe o deslinde das medidas destinadas ao ressarcimento do desembolso irregular de R\$ 103.338,15, decorrente do custo extra de implantação das redes do Condomínio Residencial Maxximo Garden; b) apresente os valores pagos a maior com a utilização do BDI de 30% no lugar do BDI de 20,90% e com a inclusão indevida da CPMF no BDI dos Contratos nºs 7.761 e 7.762/2009; IV - determinar ainda à CAESB que, no mesmo prazo, preste circunstanciados esclarecimentos acerca das seguintes questões: a) a ECM tem competência para elaborar projetos? b) a CAESB faz projetos para condomínios particulares? c) qual o custo isolado do projeto e quem elaborou? d) qual o motivo de a CAESB não ter feito a sondagem antes do projeto? e) quem pagou a sondagem feita pela Reforsolo em 2008? f) por que o orçamento para o condomínio não foi feito por preço unitário? g) por que utilizou PVC em vez de PEAD? h) na resposta é apresentada uma lista dos condomínios cujos sistemas de abastecimento de água foram "absorvidos", no entanto, quais foram os condomínios que tiveram o mesmo tratamento dado ao Residencial Maxximo Garden, ou seja, tiveram as obras de implantação executadas pela CAESB? i) por que há fundamento na Lei nº 3.480/2004, que foi declarada inconstitucional na ADI 2005.00.2.011684-7 em 2007? V - autorizar a audiência: a) do Senhor Fernando Rodrigues Ferreira Leite, na qualidade de Presidente da Jurisdicionada, para apresentação, no prazo de 30 (trinta), das razões de justificativa por celebrar os Terceiros Termos Aditivos aos Contratos nºs 7.761 e 7.762/2009, permitindo a aplicação de BDI de 30% sobre a TPUS nº 006/2008 e contrariando o Relatório Técnico nº 014/2008 – ESEC e a Decisão de Diretoria Colegiada proferida na Reunião Ordinária nº 1.616, dada a possibilidade de aplicação da multa prevista nos incisos II e III do artigo 57 da Lei Complementar nº 01/1994; b) do Senhor Cristiano Magalhães de Pinho, na qualidade de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente, para apresentação, no prazo de 30 (trinta), das razões de justificativa por celebrar Terceiros e Quartos Termos Aditivos aos Contratos nºs 7.761 e 7.762/2009, permitindo: (1) a aplicação de BDI de 30% sobre a TPUS nº 006/2008, contrariando o Relatório Técnico nº 014/2008 – ESEC e a Decisão de Diretoria Colegiada proferida na Reunião Ordinária nº 1.616, e (2) a prorrogação antieconômica dos ajustes, contrariando o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, dada a possibilidade de aplicação da multa prevista nos incisos II e III do artigo 57 da Lei Complementar nº 01/1994; c) do Senhor Célio Biavati Filho, na qualidade de Presidente da Jurisdicionada, para apresentação, no prazo de 30 (trinta), das razões de justificativa por celebrar Quartos Termos Aditivos aos Contratos nºs 7.761 e 7.762/2009, permitindo a prorrogação antieconômica dos ajustes, contrariando o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, dada a possibilidade de aplicação da multa prevista nos incisos II e III do artigo 57 da Lei Complementar nº 01/1994. VI - conceder aos Consórcios EMSA/ENGEAGRO e CAENGE/EMGEMASA a oportunidade de apresentarem, no prazo de 30 (trinta) dias, as alegações que entenderem pertinentes em relação ao uso de BDI incompatível com a TPUS nº 06/2008 e à inclusão indevida da CPMF no BDI dos Contratos nºs 7.761 e 7.762/2009, assuntos abordados nos itens III.A e III.B da Informação; (...)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

13. Posto isso, o MPC/DF opina no sentido de que seja ouvida a Companhia, para que esclareça a que título recebe as receitas em referência; critérios para fixação desses valores, dentre outras importantes informações para o controle externo.

14. Caso o TCDF entenda que o ato de cobrança é ilegal, deve, nos termos do artigo 45 da sua Lei Orgânica, assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei, não em relação apenas ao representante/denunciante, mas, em relação a todo e qualquer cidadão ou pessoa jurídica que se encontre na mesma situação.

É o parecer.

Brasília-DF, 21 de janeiro de 2014.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA  
PROCURADORA MPC/DF**